

19 "Povo deve confiar nos políticos"

ESTADO — Durante a campanha, observou-se que, frequentemente, os partidos de oposição brigavam mais entre si do que com o PDS. Aqui em São Paulo, por exemplo, houve instante em que o PT combatia mais o PMDB do que o PDS. Gostariamos que os senhores explicassem por que ocorreu isso, e qual a forma de superar os eventuais erros e de a oposição poder agir, senão coligada, como bloco, ou ter pelo menos alguns princípios mínimos de ação conjunta no Congresso.

SAMIR — Eu entendo que o clima eleitoral é anormal porque, em se tratando de seres humanos, toda emoção faz com que os sentidos, de uma maneira geral, sejam afetados — e o raciocínio faz parte desses sentidos. Acho que nesse clima eleitoral nós não podemos avaliar realmente o comportamento dos partidos. É sabido que até grandes amigos, numa mesma cidade, no próprio Interior, envolvidos pelo clima eleitoral, partem para a agressão, senão física, muitas vezes por palavras. Isto é normal. Mas há também uma consciência generalizada dos partidos de oposição de que ainda vivemos no autoritarismo, e acredito que nós do PMDB, do PT, do PTB e do PDT, em que pesem algumas divergências, inclusive com relação a conceitos, vamos nós unir, porque nós todos queremos a democracia. Durante a campanha eleitoral realmente houve atritos. Mas o resultado final foi bom para a oposição. Nós todos representamos hoje uma oposição consciente daquilo que nós queremos primordialmente, e que é mudar a Constituição para mudar o sistema brasileiro. Nós divergimos do governo nos pontos fundamentais, e isso é importante para que nós possamos tentar a mudança. Acho que a unidade das oposições, independentemente de coalizão, de fusão ou de outro tipo de composição, é uma realidade.

FARABULINI — Quando se discutiu, no Congresso Nacional, a nova lei dos partidos políticos que haveria de surgir, houve estranhamente um comportamento de alguns deputados e de alguns senadores do MDB que nós, aqui, não aceitávamos. Falando na televisão, em São Paulo, por exemplo, os senadores Paulo Brossard e Teotônio Vilela, que considero até excelentes parlamentares, estabeleciam como premissa maior a inoportunidade da criação de novos partidos políticos e faziam crer que a volta ao bipartidarismo seria melhor para combater com veemência o governo, e sem o que, talvez, nós não lográsssemos êxito.

SAMIR — Você me permite um apartezinho? Eu entendo sua colocação. Na realidade, é claro que nosso programa prevê o pluripartidarismo, mas na época, muitos de nós entendíamos que o governo pretendia, pura e simplesmente, com o pluripartidarismo que pregava, apenas acabar com a oposição brasileira. E, na verdade, era essa a intenção dos articuladores do Palácio do Planalto.

FARABULINI — Muito bem. O aparte é pertinente, mas só que inoportuno. Na verdade, quem é que pode dizer qual é a intenção do governo? Na campanha eleitoral, dois grandes grupos, o governo e as oposições, precisavam de espaço. O governo já estava com seu espaço totalmente delimitado, pois quem é governista, é governista inarredável. As oposições, entretanto, é que disputaram os espaços. Assim, tínhamos que nos digladiar menos con-

tra o governo do que contra as próprias oposições. Isso é normal. E disso resultou o benfazejo resultado das eleições: resultou que o povo participou e que nós fizemos maioria, como desejávamos, na Câmara Federal. Nós temos que tirar partido desta maioria. Se nós agora continuarmos a nos digladiar, aí sim o prejuízo será inevitável. Nós, que temos consciência, sabemos perfeitamente que o nosso escopo é alterar substancialmente tudo aquilo que o governo, nesses 18 anos, implantou deastrosamente neste País. E só temos este caminho: agora: nos unir, mas nos unir com consciência, com idealismo, sem barganhas, sem mentiras.

DJALMA — Eu vejo o seguinte: durante o processo eleitoral, automaticamente, os partidos políticos teriam de se colocar e levar avanti sua própria proposta política. Eu acredito que, no calor do processo eleitoral, alguns partidos tenham-se excedido na retaliação. Eu acredito também que, no sistema do pluripartidarismo, os partidos políticos têm de se colocar em defesa das suas teses. No meu modo de entender, isso é salutar para que a população tome conhecimento de quais são as propostas políticas dos partidos. Isso foi durante o processo eleitoral. Mas nós passamos a uma nova etapa, em que existem pontos comuns que a gente pode discutir e a gente pode tentar dar uma solução positiva. Os partidos

"As oposições sabem que ainda vivemos sob o autoritarismo. Mas nós queremos a democracia"

políticos vivem de acordo com as necessidades do povo brasileiro. Existem alguns pontos comuns, sem ferir a liberdade e a autonomia dos partidos. Nós podemos discutir, por exemplo, em torno das reformas, ou a revogação da Lei de Segurança Nacional, ou ainda lutar pela Lei de Greve, pelo ensino público e gratuito.

ESTADO — Está sendo muito discutida na Câmara a questão da Mesa. Há deputados que defendem que as oposições, por serem maioria numérica, devem fazer o futuro presidente da Casa. Outros lembram uma tradição parlamentar, a de que é sempre o partido majoritário, independentemente do número de suas cadeiras, que indica o presidente. Como é que vocês vêem essa escolha? O próximo presidente deve sair das oposições, ou deve ser um representante do PDS, por deter a maioria individual na Casa?

SAMIR — Essa tradição é relativa, porque ela só pode ter existido até 1966, porque a partir daí ocorreu o bipartidarismo no Brasil. Então é evidente que o partido majoritário era um, e o outro era minoritário, porque tínhamos apenas dois. Então, essa tradição é de antes de 66, quando havia um outro clima no Brasil. Nós éramos 13 partidos a nível nacional. Mas a se respeitar a tradição, é evidente que o PDS agora deverá fazer o presidente da Câmara. A

questão na democracia, porém, é o número de votos. Se os partidos da oposição somarem os seus membros e ganharem a presidência, não é nenhum mal para o Brasil. Ao contrário, isso é um fortalecimento da democracia. Pessoalmente, acho até que não há nenhum mal em que um partido de oposição, até o menor partido, ocupe a presidência da Casa, desde que democraticamente ele obtenha a maioria dos votos. Eu não vejo por que estabelecer-se normas de tradição, quando o processo democrático não se atém a ela, principalmente levando-se em consideração que essa tradição imperou apenas até 1966.

FARABULINI — Pena que aqui não se encontre o representante do PDS. Enfim, haverá de ler depois no *Estado* aquilo que é o nosso ponto de vista. Ocorre que, em matéria de tradição, há algumas que convém preservar, que são salutares à democracia. Mas essas tradições não são encontradas na Câmara Federal. Nós sabemos que a Câmara sempre foi, ao menos no que tange à maioria parlamentar governista, subserviente ao Poder Executivo.

SAMIR — Até os próprios presidentes são escolhidos, até agora, pelo Palácio do Planalto. Isto sim é antidemocrático, e essa tradição tem que ser quebrada, esta sim.

FARABULINI — Estão genuflexos, quase que aterrados no chão, os deputados subservientes, incluindo o presidente da Casa, pedindo ordem ao presidente da República daquilo que deve e o que não se deve fazer. Ora, o Poder Legislativo deve ser autônomo e independente, consoante se estabelece na Constituição do Brasil, que ainda não foi rasgada por inteiro. Então, nós temos o direito de reformular a tradição que não convém mais. E se nós perdermos agora a oportunidade de elegermos o nosso presidente, seja de que partido for, mas da oposição, nós teremos dado uma demonstração de absoluta fraqueza. Não importa que o presidente seja do PMDB, ou do PT, ou do PTB. Importa que sejam da oposição a Mesa e a presidência, porque a partir daí sim aumentará, no mínimo, o poder de barganha que a Câmara precisa ter, barganha no bom sentido, para que a República sirva mais à Pátria e à Nação. Olha, nós temos um calhamaço de coisas para fazer, um calhamaço de problemas para resolver. Esses problemas só podemos resolver se nós estivermos realmente, assim, bem assentados na Câmara, e com o poder de decisão.

DJALMA — Os resultados das eleições em São Paulo deram uma demonstração de que o povo não aceita e repudia esse governo que tomou conta do nosso país depois de 1964. Estamos desenvolvendo, no PT, um processo de consulta às bases do partido para ver qual a posição sobre a composição das Mesas. Numa primeira discussão, chegamos à conclusão de que o grande causador de tudo o que tem acontecido ao País nos últimos anos é o PDS. Iremos fazer o possível para que o PDS não possa continuar usando do autoritarismo que ele usou até agora. Com o PDS não faremos nenhum tipo de acordo, nenhum tipo de aliança. Mas acho que as oposições devem fazer composição sim. Será o primeiro passo de autonomia que nós, da oposição, estamos dando, sem fazer nenhum tipo de negociação. Temos de jogar às claras, para que o povo volte a acreditar nos políticos.